

GRUPO FINANCEIRO

LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 34.265.561/0001-34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da **BMG Leasing S.A.**, controlada do Banco BMG S.A. ("Banco BMG"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de junho de 2018, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Com 88 anos de sólida presença no mercado financeiro, Banco BMG oferece aos seus clientes pessoa física: cartão de crédito consignado (BMG Card), crédito pessoal com débito em conta (BMG em Conta), ambos exclusivos para aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos e crédito pessoal digital (Lendico) e seguros massificados via parceria. Aos clientes pessoa jurídica, oferece financiamento, prestação de serviços financeiros estruturados,

instrumentos derivativos e seguro garantia para empresas de médio e grande porte (BMG Empresas e BMG Seguros). O BMG disponibiliza produtos de investimento de renda fixa para todos os públicos (BMG Invest). As operações da BMG Leasing são direcionadas ao setor de transporte, através do arrendamento mercantil de veículos leves e pesados.

Em 30 de junho de 2018, a BMG Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 4,3 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 337 milhões, correspondendo uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido médio de 2,6%. Na mesma data, o Ativo Total atingiu R\$ 360 milhões, dos quais R\$ 107 milhões referem-se a aplicações interfinanceiras de liquidez. A companhia não realiza novas operações de arrendamento mercantil.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores

Mobiliários, no período findo em 30 de junho de 2018, a BMG Leasing, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos a todos os diretores, funcionários e parceiros pelo empenho, e aos nossos acionistas e clientes, pelo apoio e confiança depositados.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante		127.508	308.790
Disponibilidades	3	383	436
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	105.444	285.823
Operações de arrendamento mercantil	6	(62)	(21)
Operações de arrendamento mercantil			
Provisão para créditos de arrendamento mercantil			(83)
de liquidação duvidosa			
Outros créditos	7	21.469	22.558
Outros valores e bens		212	35
Ativo não circulante		232.408	44.397
Realizável a longo prazo		231.848	42.545
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.723	7.497
Títulos e valores mobiliários	5	213.935	12.784
Outros créditos	7	16.190	22.264
Permanente		560	1.852
Imobilizado de arrendamento	9	560	1.852
Total do Ativo		359.916	353.187

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Legal	Estatutária	Incentivos Fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.771	50.782	3.098	(14)	9	322.637
Ajuste de avaliação patrimonial				9		
Lucro líquido do semestre					7.664	7.664
Constituição de reservas		383	7.281		(7.664)	
Saldos em 30 de junho de 2017	9.154	58.063	3.098	(5)	1	330.310
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.446	60.406	3.098	(2)	1	332.948
Ajuste de avaliação patrimonial				1		
Lucro líquido do semestre					4.289	4.289
Constituição de reservas		214	4.075		(4.289)	
Saldos em 30 de junho de 2018	9.660	64.481	3.098	(1)	1	337.238

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
1 CONTEXTO OPERACIONAL

A BMG Leasing Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição" ou "Leasing") possui como objetivo principal a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974, observadas as disposições legais em vigor.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação das Instituições Financeiras BMG. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, sendo as principais as seguintes:

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 08/08/2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN).

Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

2.1 Descrição das principais políticas contábeis adotadas**(a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do período, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Leasing para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, que são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos disponíveis para venda – os títulos utilizados como parte da estratégia para administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda", até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos, mediante a identificação específica na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

(d) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682 de 21 de setembro de 1999, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(e) Outros ativos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	2018	2017
Passivo circulante		10.621	10.099
Outras obrigações		10.621	10.099
Sociais e estatutárias	10(a)	6.588	3.380
Fiscais e previdenciárias	10(b)	3.152	4.666
Credores por antecipação de valor residual	10(c)	560	1.790
Diversas	10(d)	321	263
Passivo não circulante - Exigível a longo prazo		12.057	12.778
Outras obrigações		12.057	12.778
Fiscais e previdenciárias	10(b)	364	797
Diversas	10(d)	11.693	11.981
Patrimônio Líquido	12	337.238	330.310
Capital social - De domiciliados no país		260.000	260.000
Reservas de lucros		77.239	70.315
Ajuste de avaliação patrimonial		(1)	(5)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		359.916	353.187

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		10.476	16.930
Operações de arrendamento mercantil		544	341
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13	9.932	16.589
Despesas da intermediação financeira		(577)	(211)
Operações de arrendamento mercantil		(577)	(211)
Resultado da Intermediação financeira antes do crédito para liquidação duvidosa		9.899	16.719
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6(a)	33	(26)
Recuperação de crédito baixado contra prejuízo	6(a)	73	77
Resultado bruto da intermediação financeira		10.005	16.770
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.096)	(2.741)
Despesas de pessoal		(48)	(42)
Outras despesas administrativas	14	(322)	(230)
Despesas tributárias	15	(491)	(807)
Outras receitas operacionais	16	4.087	1.983
Outras despesas operacionais	16	(5.322)	(3.645)
Resultado operacional		7.909	14.029
Resultado não operacional		(6)	(28)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		7.903	14.001
Imposto de renda	18	(1.583)	(2.625)
Contribuição social	18	(1.309)	(2.103)
Ativo fiscal diferido		(722)	(1.609)
Lucro líquido do período		4.289	7.664
Lucro por lote de mil ações - R\$		R\$ 18,72	R\$ 33,44

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	4.289	7.664
Ajuste ao resultado	(241)	709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33)	26
Imposto de renda e contribuição social diferidos	722	1.609
Provisão para contingências	(1.464)	(1.049)
Superveniência/insuficiência de depreciação	534	123
Lucro líquido ajustado	4.048	8.373
Varição de ativos e passivos		
Aplicações em depósito interfinanceiros	195.392	(3.836)
Títulos e valores mobiliários	(200.623)	(690)
Operações de arrendamento mercantil	(501)	121
Outros créditos	3.501	688
Outros valores e bens	(34)	28
Outras obrigações	2.528	2.343
Caixa gerado nas operações	4.311	7.027
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.403)	(6.912)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(92)	115
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(92)	115
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	475	321
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	383	436

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2018	2017
1 - Receitas	14.671	18.936
1.1 Intermediação financeira	10.476	16.930
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	(26)
1.3 Recuperação de crédito baixado contra prejuízo	73	77
1.4 Outras receitas operacionais	4.087	1.983
1.5 Não operacionais	2	(28)
2 - Despesas	5.907	3.856
2.1 Despesas de intermediação financeira	577	211
2.2 Outras despesas operacionais	5.322	3.645
2.3 Não operacionais	8	
3 - Materiais e serviços adquiridos de terceiros	844	341
3.1 Materiais, energia e outros	549	169
3.2 Serviços de terceiros	1	1
3.3 Outros	295	173
3.3.1 Propaganda, promoções e publicidade	45	46
3.3.2 Processamento de dados	3	
3.3.3 Serviços técnicos especializados	233	114
3.3.4 Taxas e emolumentos bancários	14	10
3.3.4 Transporte	3	
4 - Valor adicionado bruto (1 - 2 - 3)	7.920	14.739
5 - Depreciação e amortização	(534)	(123)
5.1 Superveniência de depreciação	(534)	(123)
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 - 5)	8.454	14.862
7 - Valor adicionado recebido em transferência	8.454	14.862
8 - Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	8.454	14.862
9 - Distribuição do valor adicionado	8.454	14.862
9.1 Pessoal, encargos e participações	48	41
9.1.1 Remuneração direta	24	22
9.1.2 Benefícios	15	12
9.1.3 Encargos	9	7
9.2 Impostos, contribuições e taxas	4.105	7.144
9.2.1 Federais	4.101	7.140
9.2.2 Municipais	4	4
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	12	13
9.3.1 Aluguéis	12	13
9.4 Remuneração de capitais próprios	4.289	7.664
9.4.1 Lucros retido nos períodos	4.289	7.664

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(f) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(g) Investimento, imobilizado de arrendamento e diferido

Considera os seguintes aspectos:

- O investimento em coligada no exterior está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- O imobilizado de arrendamento e o diferido estão registrados ao custo.
- A depreciação do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear a taxas aceleradas (Nota 9), de acordo com as disposições expressas nas Portarias 140/84 e 113/88 do Ministério da Fazenda.
- As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo restante de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com as disposições das Portarias retromencionadas.
- Contabilização, visando atender ao regime contábil de competência, da superveniência/insuficiência de depreciação, equivalente ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao efetivo valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação.

(h) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

Para averiguar a presença de *impairment* foram observados que os ativos não apresentaram obsolescência evidente e ou danos físicos e ainda desempenho econômico menor que a expectativa indicada.

Em 30 de junho de 2018 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos.

(i) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(j) Operações em moeda estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período.

Em 30 de junho de 2018, a taxa de câmbio aplicável era: US\$1,00 = R\$3,8558 (em 30/06/2017 - US\$ 1,00 = R\$3,3082).

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.832, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429 de 11/02/2010 do BACEN.

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando